



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 17/11/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Declaro abertos os trabalhos da 12ª audiência pública, da Comissão de Administração Pública, do ano de 2015. Informo que esta reunião está sendo transmitida pela internet através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links Auditórios On-Line. Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial* de São Paulo, desde o dia 13 de novembro de 2015, e nos jornais *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Estão presentes o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Antonio Donato, a quem eu pergunto se deseja conduzir os trabalhos. (Pausa) Não. Também presente o Vereador Calvo. Essa primeira audiência pública é referente ao PL 751/13, dos seguintes Srs. Vereadores: Alfredinho, PT; Atílio Francisco, PRB; Dalton Silvano, PV; Floriano Pesaro, PSDB; Gilson Barreto, PSDB; José Américo, PT; José Police Neto, PSD; Laercio Benko, PHS; Mario Covas Neto, PSDB; Milton Leite, Democratas; Noemi Nonato, PROS; Orlando Silva, PC do B; Paulo Frange, PTB; Ricardo Nunes, PMDB; Ricardo Young, PPS; Toninho Vespoli, PSOL; Wadih Mutran, PDT.

Dispõe sobre a instalação de Estação Rádio Base – ERB, no Município de São Paulo e dá outras providências.

Foram convidados para a audiência pública as seguintes autoridades e representantes de órgãos privados e públicos: Floriano Pesaro, Secretário Estadual de Desenvolvimento Social; Deputado Federal Orlando Silva; Secretário Municipal de Relações Governamentais, José Américo; José Tadeu Candelária, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente, aqui representado pelo Engenheiro Eletricista, Nilton Jaime de Souza; Paula Maria Motta Lara, Secretária Municipal de Licenciamento, aqui representada pelo Srs. José Luiz Amádio, Juliana Fender e Raul Aleixo Fernandes; Francisco Macena, Secretário de Governo Municipal, aqui representado pelo Sr. Ricardo Gaspar; Fernando de Mello Franco, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano; Daniel Todtmann Montandon, Departamento de Uso e Solo, Deuso; João Moura, Presidente Executivo da TelComp, Associação Brasileira de Prestadores de Serviços em Telecomunicações Competitivas; Professora Doutora Adelaide

Nardocci, do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública USP, que justificou a sua ausência; Vereador José Police Neto; Luiz Eduardo Daruiz Correa, Gerente Institucional Interior São Paulo da Telefônica Vivo; Vicente Correia, Diretor de Relações Institucionais do São Paulo Oi, aqui representado pelo Sr. Carlos Duprat; Alcineu Garcia Villela Júnior, Diretor de Assuntos Institucionais da GVT, que está presente; Fernando Magalhães, Diretor de Programação Net; Maurílio Menezes Freire, especialista em programação da Fiesp, que está presente; André Machado Galvão, Jerovia Segurança da Informação; Ricardo Dickman, Diretor do Infra SindiTelebrasil; Roger Monteiro, Institucional São Paulo - TIM; Patrick de Azevedo, Institucional Brasil TIM, Marcius Vitali, Engenheiro da Vitali Associados; Hélcio Binelli, Engenheiro da Fiesp.

As pessoas que desejarem se manifestar, peço apenas que faça a inscrição aqui ao lado na Secretaria da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Carlos Duprat, da SindiTelebrasil.

O SR. CARLOS DUPRAT – Boa tarde. Obrigada pelo convite. Sou Carlos Duprat e sou Diretor executivo do SindiTelebrasil e da Federação Brasileira de Telecomunicações – Febratel. Como engenheiro participei ativamente da implantação do sistema móvel celular no Brasil, então, tenho muito orgulho de estar apresentando alguns números que demonstram hoje como nós conseguimos ser talvez o programa mais bem sucedido de inclusão digital e social do país. A ideia é fazer uma apresentação bastante rápida em que a gente vai cobrir um pouco do que é necessário para um bom sistema de celular funcionar e quais são os problemas que encontramos em São Paulo. Um pouco dos números. Hoje nós temos 275 milhões de celulares, então, essa é a situação do país que não tem esgoto, não tem água, mas tem muito celular. São 225 milhões de acessos em banda larga; 44 milhões de telefones fixos; 19 milhões de TV por assinatura. Temos investido, em 2014, 32 bilhões: o maior número de toda a história do setor de telecomunicações no Brasil. E recolhemos 66 bilhões de tributos em 2014, sejam eles estaduais, federais, municipais.

Qual é o grande problema que enfrenta hoje o setor móvel celular? O problema toda é a chegada do vídeo e de dados. O que era a grande demanda da sociedade há 15 anos transformou-se em dados e dados hoje crescem muito mais do que qualquer outra infraestrutura. Então, hoje temos uma projeção que o Brasil vai ter um crescimento de nove vezes entre 2014 e 2019 no seu tráfego, sendo que isso corresponde a uma média anual de 56%. Não estou falando de aeroportos, de estrada, portos, onde essas taxas são de 10%. Estou falando de 56% ao ano. Então, não se resolve de uma maneira simples. Isso eu quero deixar bem claro logo de início. Por que esse crescimento é tão assustador? Porque de voz passamos a fotos e de fotos passamos a vídeos então hoje quem transforma o seu celular, o *smartphone* e passa a ter uso de envio de fotos e acessar vídeos. Cada foto corresponde a 20 ligações no passado e cada vídeo, a 320 ligações no passado. Então, quando se fala em *iPad*, qualquer tablet, o pessoal quer vídeo e vídeo consome muito tráfego. Daí aquilo que eu já falei no *slide* anterior. Nós estamos diante de uma situação de crescimento assustador da demanda de redes. Temos investido, as empresas, e eu represento as principais empresas do País. Todas as empresas de móvel são representadas (ininteligível) Então, têm batido todos os *records* de investimento, apesar de o Brasil estar na situação que todos conhecem, de baixo investimento. Essa situação não corresponde ao que acontece na área de Telecom.

Nós estamos fechando agora 25 anos de serviço móvel no Brasil e, nesses 25 anos, já jogamos fora duas redes. A cada oito anos, jogamos fora a analógica. Alguns tiveram telefone analógico e *StarTAC* do passado. Não existe mais nenhuma rede. Da mesma forma, jogamos fora as digitais CDMA e TDMA. Então, a velocidade de obsolescência desse certo é uma coisa estratosférica. Nós precisamos investir muito para acompanhar esse crescimento e a demanda de natureza tecnológica.

Graças a Deus e ao esforço das empresas, telefonia é o segmento de infraestrutura mais bem colocado nos relatórios de competitividade do fórum econômico mundial. Não dá para comparar com estradas, transporte aéreo e ferrovias. Se for comparado o que a gente tem

de serviço móvel celular, no Brasil, com o resto do mundo, apesar de não ser bom o suficiente como a gente gostaria que fosse, é a infraestrutura mais avançada que temos no Brasil.

Como funciona a telefonia móvel? Quando começamos, São Paulo tinha pouquinhos ERBs, estações enormes e altíssimas de alta potência, que precisavam, de fato, iluminar muito fortemente a região, para que aquelas poucas que existiam pudessem cobrir a maior parte da região. Para uma determinada área, era necessária uma única antena. Com o passar o tempo, aumentou-se o tráfego e nós precisamos ter para aquela região antenas menores, mais baixas e em número maior. Numa terceira fase, agora já mais recente, há a 4G. A frequência utilizada é muito mais alta do que as anteriores. O alcance da antena é muito menor. A potência é muito menor e a infraestrutura necessária passa a ser muito maior, sem contar a efetiva demanda da sociedade. Enquanto, no passado, todo mundo satisfazia-se indo à janela falar ao celular, hoje todos querem que o celular pegue no elevador e na garagem. Isso é natural. É assim a demanda da sociedade hoje. Então hoje não conseguimos viver sem isso. Agora as antenas estão cada vez menores e as legislações não fazem qualquer distinção em relação àquelas antenas do passado e as novas antenas menores do futuro e as presentes. Então, nós temos aqui uma série de situações em que mostramos que legislação hoje é um impedimento à boa atividade do serviço que é ofertado. Como resolver isso? A única forma de suprir essa demanda e melhorar a qualidade é instalando mais antenas. Precisamos de muito mais antenas.

Já devem ter ouvido aí comparações e número de antenas que temos. Nós temos o mesmo número de antenas que há na Itália. Certamente há uma carência muito grande de sinal nas regiões. Como resolver esse problema? Estamos instalando e estamos investindo. A velocidade necessária para suprir essa demanda de 56% ao ano é a principal questão. Então, o arcabouço regulatório federal foi modernizado. Então, hoje nós temos uma lei de 2009, que estabelece... Existia muito aquela discussão: “Celular dá câncer”. Isso atravancou muito os lugares menos avançados. Quem tem essa dúvida... Nós tivemos a oportunidade de levar essa

discussão para alguns lugares do País. Quando a gente mostrou todo o trabalho acadêmico que nós temos, isso já está aprovado em lei. É fruto de muita discussão. Disseram: “O senhor está me convencendo de que não dá câncer, mas quando não pega dá uma dor no coração”. Eu falei: “Eu concordo”.

Nós temos uma situação muito clara. Hoje a OMS estabelece claramente que celular hoje é mais inofensivo que açúcar, que talco e que café. Então, esse temor do passado já é algo bastante passado para trás. Conseguimos, no ano passado, uma lei geral de antenas. É estabelecido um patamar que, realmente, se for implantado rapidamente - algumas municipalidades já estão adotando - pode, de fato, trazer a velocidade que nós queremos dar para a melhoria de qualidade que a sociedade merece.

Para isso, há uma competência que ninguém questiona, do uso do solo, que é municipal. Se o município não quiser, não adianta. Eu particularmente acho que São Paulo funciona por obra do Espírito Santo, porque a quantidade que a gente vai mostrar aqui depois é uma questão... A quantidade de pendências de licenças é uma coisa gigantesca. Eu acho que os senhores devem ter em mente que a gente melhora isso, vai ter que conviver assim ou vai ficar mudo. Talvez, nas Olimpíadas em São Paulo, não fique definitivamente a impressão que gostaríamos de passar aos turistas que aqui virão.

O que nós estamos fazendo pelo Brasil afora e muitas municipalidades já trocaram é adequar a legislação municipal à nova legislação federal. Esse é o trabalho que a gente está aqui implorando e pedindo, com toda humildade, para que esta Casa debruce-se e tente fazer isso num menor espaço possível. Estudamos, junto com o CPQD, Centro de Pesquisa da Antiga Telebrás, o que é feito nas principais cidades do mundo. Em Barcelona, Londres, Nova York, Paris e Sidnei, verificamos como são instalados os equipamentos. Isso agora, pela lei, vai ser regulamentado para a Anatel. Então, nós estamos dando subsídio, para que a Anatel regule a melhor forma de instalação de todo equipamento que precisa ser colocado, para que a sociedade tenha um bom serviço.

Nós chegamos a um ponto de trabalhar, no ano passado, com a ABNT. Então, hoje as normas que regulamentam a construção de novos prédios, sejam residenciais ou comerciais, já têm definido, na ABNT, que há necessidade de um espaço para instalação de equipamento de telecomunicações, especialmente antenas, em todos novos prédios. Hoje se vê, muito claramente, situações assim: A pessoa tem um prédio novinho, vai entrar para uma TV com assinatura e tem um único cabo que entra. Para haver uma competição de TV com assinatura. É necessário que o segundo cabo entre pelo elevador. Então, isso não tem o mínimo sentido, e nós estamos aí trabalhando. A ABNT, nesse caso, já tem uma norma, que disciplina esse novo contexto.

Então, o que é necessário para a melhoria da qualidade? É o que a chama tripé da qualidade: Primeiro, uma legislação que possibilite e incentive investimentos; segundo, um processo de licenciamento extremamente ágil; e terceiro, um investimento. Então, quanto ao investimento, nós estamos conseguindo, apesar de todas as dificuldades do País, manter e aumentar o nível de investimento que está sendo feito, especialmente no sistema móvel celular do País. Agora no que diz respeito à legislação e ao processo de licenciamento, há dois itens que a gente gostaria que esta Casa debruçasse-se, porque, sem eles, a gente não consegue melhorar a qualidade aqui. Isso não é feito de um lado só. É um trabalho a quatro mãos. Ou o Governo dá as mãos para a iniciativa privada ou a gente não vai ter êxito nessa atividade.

Há aqui os principais pontos da lei das antenas. O principal que eu gostaria de destacar é o prazo máximo de 60 dias para (ininteligível) de licenças. Esse é o prazo estabelecido pela lei federal. Podem falar: “Mas como eu consigo 60 dias?” Há diversos mecanismos aqui. Por exemplo, nós estamos definindo tipos de instalação, os mesmos. Vão ser definidos certos tipos. Em vez de definir um a um, vão definir, naquele tipo, para diversos locais. Então, isso vai permitir que o licenciamento seja feito em bloco. Isso é o que o Rio de Janeiro já está adotando. Nós estamos trabalhando já com algumas municipalidades. Umas estão mais na frente do que outras, mas é fundamental que isso aconteça, senão a gente não

vai conseguir atender aos 56% de crescimento anual.

Aí há toda a parte de pequenas antenas que nós vamos ter. O futuro é como nós temos hoje uma antena de *wi-fi*. Hoje, pela legislação, não há qualquer distinção de tamanho. A antena tende a ficar pequenininha, como a de *wi-fi*, e eu preciso hoje licenciar, pela legislação de qualquer país, não só daqui. Hoje há 250 municipalidades que precisam de legislação a ser adequada. Agora umas estão mais avançadas do que outras, e a gente está aqui rogando, para que V.Exas. se compadeçam da nossa dificuldade, trazendo uma melhor qualidade para o paulistano.

O que a gente tem, na lei das antenas, precisa ser replicado na legislação municipal. Esse é o nosso pleito. Como está a situação de São Paulo? Esse é o ponto mais relevante aqui. Hoje há quase seis mil antenas instaladas só na cidade de São Paulo. Nós temos cerca de mil pedidos pendentes. Essa é a informação que nós temos das nossas empresas, e o prazo de liberação de licenciamento varia entre um ano até 24 meses, em média. Há exceções, claro. Estou falando em média. Esse é o dado que nós coletamos das nossas empresas. Se estiver errado, desculpem-nos. É a informação que nos passaram. É uma situação totalmente divergente.

Investimento sem licenciamento não consegue ser efetivado para melhorar a qualidade. Então, aqui está um ponto nevrálgico para a gente debruçar-se, e para ver como podemos fazer. Entendemos a dificuldade de mudar de uma situação A para uma situação B abruptamente. Nós estamos aí para trabalhar conjuntamente. Só dessa forma vamos conseguir reverter o quadro de qualidade, que ainda está aquém do que a gente gostaria de ofertar ao cidadão paulistano.

Principais pontos – e eu acho que alguns até nos envergonham como brasileiros - para instalar uma antena tem que ter um terreno, uma frente com largura mínima de 10 metros. Imagine, eu tenho que colocar antena possivelmente em tudo que é lugar, e pela legislação, hoje, tem de ter um terreno com frente mínima de 10 metros. Há exigência de título de

propriedade do imóvel, pergunto: como é que numa comunidade onde ninguém tem, onde eu vou conseguir? Então estou aumentando esse *gap* digital entre quem tem e quem não tem dinheiro porque não vou poder *botar* na comunidade aonde ninguém tem licença. Esse é um ponto fundamental que eu destaco, e há outros, eu vou passar bem rápido: simplificação do processo de licenciamento, recuo da estrutura... Então estamos fazendo, a Anatel vai disciplinar nos próximos dois meses essa questão. E a gente está propondo que a regulamentação da Anatel seja adotada por esta Casa, e seja qual for... Estamos levando um monte de fundamentações, mas é fundamental que nos debrucemos sobre essa causa. Ou a gente trabalha a quatro mãos, ou nós não vamos conseguir melhorar a qualidade.

Particularmente, estamos às vésperas do Natal, que é pico de venda de *tablets*, celulares e *smartphones*, e vão dizer: vocês continuam vendendo? É totalmente relevante à venda de novos aparelhos, relevante é a troca e o tipo de uso. Não posso impedir alguém de trocar um telefone deste por um *smartphone*, não posso fazer isso. E cada vez que alguém faz, aumenta o tráfego centena de vezes.

Esse era o ponto que queria abordar, e estou encerrando.

Conclusão: o que estamos propondo? Estamos propondo um esforço concentrado em prol da melhoria da qualidade do serviço nesta. Para isso, nos comprometemos em trazer investimentos. Quando existe um pedido de licenciamento, há claramente investimento orientado para esta Cidade, e há mais de mil que aqui estão paralisados. Neste momento, temos problemas com a legislação e processo de licenciamento que precisa ser reduzido de dois anos para dois meses.

Gostaria de pedir aos senhores toda atenção para esse caso. Para nós que participamos de toda origem do sistema móvel celular, o que hoje está acontecendo em São Paulo e o que nós temos, ela poderia ser melhorada abruptamente caso tivéssemos, eu diria, uma parceria mais adequada com o órgão municipal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Vou pedir para o senhor sentar conosco, nesta mesa. Ha alguns questionamentos que, tenho certeza, os Vereadores querem fazer e ficará mais apropriado.

Anuncio a presença do Vereador Paulo Frange.

O Presidente Donato agora, às 14h, fará reunião com os Líderes para definição da pauta da sessão plenária, enfim, teve de se ausentar, mas está acompanhando atentamente o processo, e queira Deus que consigamos resolver ainda este ano.

Vereador Paulo Frange quer fazer questionamentos. Se o senhor puder nos responder, seria importante.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Vereador Mario Covas. Quero cumprimentar os membros da Mesa.

Essa apresentação realmente nos traz muitas informações, mas a nossa preocupação é que ficou bem claro com relação à instalação onde alguém tenha a propriedade ou um documento de posse lícita. Nos 3,5% de ZEIs, 12% é ZEI – 1, ou seja, dá um território enorme na cidade de São Paulo, é uma expressão grande do território. Essas áreas estão dentro de áreas desde o Morumbi até a periferia de qualquer região de São Paulo. É lógico que essas áreas também precisam de antenas por causa da densidade populacional desses locais e também porque é uma forma de repetir adiante o sinal. Mas aí há uma situação delicada, quando vou colocar uma antena num local desses, o cidadão não tem a posse lícita, na verdade, não há regularização fundiária, por isso é ZEI-1. E não havendo essa regularização, esse espaço está na responsabilidade do Município. A minha sugestão é que tentemos colocar na lei específica pra quem, para onde será destinado o recurso da locação do espaço desse imóvel, em que não há regularização fundiária. Quem é que cuida da regularização fundiária? É o Fundo Municipal de Habitação. Sugiro, e embora seja uma sugestão simples, não aprofundamos a discussão, que nas áreas em que não a regularização fundiária, enquanto não acontecer, enquanto alguém não tem a posse, a propriedade, esse dinheiro seria depositado

na conta do Fundo Municipal de Habitação para reforçar o caixa no sentido da reurbanização das áreas e as pessoas terem a posse. Tão logo a propriedade seja definida, ela passa a receber. Se não ficarmos na seguinte situação: eu coloco antena em uma área que não é regular, não há posse, chega ao licenciamento...

Aqui nós brincamos com o seguinte: já combinaram com o licenciamento? Nós fazemos as leis e aí não combina com o licenciamento, olha: não tem a posse. Ah, mas tem um papel... Ah, esse papel não vale.

A nossa sugestão é que em áreas ZEIs-1 que esses recursos fossem diretamente depositados no Fundo Municipal de Habitação. É uma sugestão que atende 12% da cidade, enquanto não há a regularização, exceto uma ou outra área, que está nessa localização, que está fora, mas no perímetro de ZEIs-1.

Essa sugestão é quanto à preocupação no sentido de buscar a solução para redução do tempo e também resolver o problema da posse.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – O senhor quer fazer algum comentário?

R – Não tenho nada a comentar a respeito do assunto. Eu acho extremamente pertinente, mas o que nos aflige é resolver o problema de imediato. Acho que nós temos muita coisa a fazer, muito investimento empacado e já destinado a esta cidade, e sem poder ser colocado para a sociedade. Isso nos aflige. Sabemos que a tendência é piorar, a cada Natal, a cada Dia das Mães, quando há fenômenos de venda de *smartphone*, de *tablets*, e a situação só se agrava. E o que está sendo para aliviar o tráfego, estamos falando do equivalente à rua, à estrada, precisamos abrir novas frentes. E a antena é exatamente a infraestrutura necessária.

Não tenho mais nada a comentar. Acho até bastante interessante essa ideia.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Anuncio a presença do Vereador Gilson Barreto.

Questiono o Vereador Police Neto, há cinco pessoas inscritas para falar, V.Exa. quer escutar ou quer se pronunciar?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu vou deixar um questionamento porque eu também tenho de participar da reunião do Colégio de Líderes.

A Câmara Municipal se debruça sobre essa matéria há um bom tempo, não é novo esse tema para a Casa, rendeu num período que eu não estava aqui então tivemos que ir atrás dessa história. A Câmara realizou CPI que redundou numa legislação, se não me engano, no final de 2002 ou 2003, um período de muita tensão entre a Câmara e o setor de tecnologia, em especial, de Telecom. Passou esse momento e um excelente distencionamento aconteceu porque os resultados são materiais. Na realidade, o principal fator de confiança no setor é que ele se realiza. A sua abordagem foi muito interessante, mas aponta um problema crônico. Nós rapidamente resolvemos o problema de tecnologia, mas continuamos sem saneamento, sem água. Então, mostra que uma parte ponderável da nossa capacidade intelectual foi aplicada a Telecom e uma ausência muito grande basilar que é o saneamento. A gente evolui por um lado, mas por outro a gente mostra a nossa incapacidade real de fazer a cidade.

Talvez um dos maiores escândalos que tenhamos hoje para qualquer pessoa que chega aqui é observar o Pinheiros e o Tietê como o são. Dificilmente você vai comprar um arranjo urbano com 22 milhões de pessoas que tem a sua Bacia Hídrica podre como a nossa.

Há projeto apresentado na Casa, pelo ex-Presidente, que já foi votado em primeira, é anterior a deliberação desse ano, que traz inovações, seguiu muito esse curso do tempo, da desburocratização, então, é um projeto simples, 10, 12 artigos na primeira fase, depois no substitutivo, ficou um pouco maior, mas todo ele segue algo que aqui foi apresentado e não foi apresentado uma vez, porque também teve uma primeira audiência pública e, portanto, esse mesmo diálogo que a gente realizou já foi feito.

O que impediu de ser votado? Se o Presidente da Casa junto com um conjunto não pequeno de Vereadores apresentou a matéria, teve alguma coisa no curso desse tempo que

impediu aprovar. Pode ser a ausência da legislação federal, pode ser um esforço de olhar do Legislativo. Aquela época se falava que precisávamos disso antes da Copa, precisávamos tantas coisas antes da Copa que não aconteceu e essa é mais uma que, mesmo a Copa tendo passado, a gente não resolveu.

Quero deixar como sugestão, sob o comando do Mario Covas, que tenhamos esse olhar: qual a agenda que será imposta para se ter um resultado? Agenda pública do jeitinho que estamos fazendo aqui, texto elaborado, texto red debatido e levar à votação. Se não fica sempre parecendo que tem alguma coisa que ninguém pode contar. Se a gente conseguir contar tudo a gente chega ao fim de todos os processos. Se a gente não consegue contar tudo, há processo que vai parar no meio do caminho como esse parou. Num certo momento me apresentei como coautor, apresentei sugestões, tive diversos diálogos com o então Presidente José Américo e a coisa parou num certo momento e não me parece que isso tenha tonalidade político partidária ele reúne a todos que acreditam que você tem de ter uma cidade de São Paulo cada vez mais conectada ou mais acelerada do ponto de vista de dados e informações que passam por esses canais.

Então, digo da nossa vontade de poder contribuir, mas tem de ser essa contribuição da produção de uma agenda e perseguir a agenda porque uma fase já foi, a fase da Copa já passou e espero que o resultado da nossa votação para o povo brasileiro em especial que reside em São Paulo seja melhor que o resultado da Copa para todos nós que acompanhamos.

Sucesso meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. João Moura, da TelComp.

O SR. JOÃO MOURA – Boa tarde a todos. Agradeço ao Vereador Mario Covas a gentileza do convite e cumprimento a Casa pela iniciativa de retomar esse projeto tão importante para as comunicações do Brasil.

Eu represento a TelComp, que é uma Associação de Operadores de

Telecomunicações que reúne todos os grandes grupos que vocês conhecem, inclusive, todas as operadoras móveis e mais várias dezenas de empresas especializadas em certos nichos de mercado, com ênfase muito grande no provimento de banda larga para o mercado corporativo. E todas elas extremamente independentes ou interessadas ou precisando dessa atualização legislativa que está sendo discutida agora. Essa apresentação feita pelo Duprat tem todo o nosso apoio, nós trabalhamos em conjunto nesse projeto, então, não vou repassar os temas que ele coloca ali, que são todos absolutamente pertinentes e importantes para o nosso conjunto de associados.

Como nós sabemos, as comunicações digitais hoje representam a grande alavanca do desenvolvimento. É por aí que vem uma série de inovações tecnológicas que estão alavancando o desenvolvimento, a prosperidade de empresa, de indivíduos gerando empregos de qualidade, aumentando a produtividade das empresas, transformando a forma com que as pessoas se relacionam, se divertem e fazem negócios. Então, essa é a infraestrutura do século XXI. É absolutamente fundamental, eu não vou dizer que seja mais importante que água e esgoto, como foi mencionado aqui pelo Vereador que me precedeu, mas eu não gostaria de fazer esse tipo de comparação, mas simplesmente dizer que a comunicação digital é absolutamente fundamental para atrair empresas e para criar oportunidades de negócios, emprego e bem estar social. A construção dessa infraestrutura não pode ficar só a cargo das empresas, ela precisa ser um objetivo, um desejo, um trabalho conjunto da sociedade. As antenas são os elementos de ponta dessa infraestrutura, mas debaixo dela tem toda uma infraestrutura de fibra ótica que também precisa ser implantada de forma eficiente, racional, com segurança jurídica e com respeito ao ordenamento municipal, então, vai aqui o nosso convite para que essa Casa olhe com muito cuidado não só a lei das antenas, mas também todas as iniciativas relacionadas a instalação dessa infraestrutura, como a ocupação de postes em conjunto com as distribuidoras de energia elétrica. A coordenação dos trabalhos, dos projetos de infraestrutura em geral para que sejam embutidas infraestruturas que vem a

suportar as redes de nova geração, porque é isso que vamos precisar para prosperar no século XXI. Queremos transformar São Paulo em uma das capitais digitais do planeta e não vamos fazer só com as empresas. É fundamental que o Poder Público, o Legislativo, se engaje nessa tarefa, porque é uma tarefa muito complexa, com um investimento muito caro, e portanto, temos de fazer esse investimento de forma racional, eficiente e com toda a segurança jurídica para que isso possa fluir com a velocidade que a população exige. Hoje as comunicações digitais estão no topo das prioridades em termos de aspiração da população, nossos eleitores. Vai aqui, nobre Vereador, nossos cumprimentos pela sua iniciativa e contamos com o apoio da Casa para fazer com que esse passo, para a aprovação desse projeto, seja dado ainda esse ano. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra o Sr. Elcio Binele, da Fiesp.

O SR. ELCIO BINELE – Boa tarde a todos! Obrigado pelo convite, e principalmente por ter – desculpe se eu errar na colocação – abraçado essa causa. Fiz algumas anotações muito rapidamente, e como é de costume, o nobre Vereador José Police Neto, comentou sobre as dificuldades porque não se aprova uma regulamentação como essa. A regulamentação federal, já existe. Se boa, ou ruim, podemos adaptá-la para às necessidades do Município. Ele falou em agenda. É uma situação muito importante. Temos uma agenda e perseguir essa agenda para que se consiga aprova essa regulamentação. Vi uma sugestão do nobre Vereador Paulo Frange, sobre um dos obstáculos que é a não posse, e ele já deu uma sugestão de como resolver. Então existem soluções para as causas ou para esses obstáculos intransponíveis. O que queremos, como todos nós já dissemos é reforçar, queremos agilidade para poder fazer os investimentos e expandir os serviços de telecomunicações.

Lembro que ao disponibilizar a Internet, conexão para as pessoas existe um reflexo direto no PIB do País. É algo muito importante, estarmos possibilitando conectividade. Os investimentos - foi dito aqui para o senhor, registrado - estão garantidos. Há intenção das

operadores em investir fortemente. O crescimento da conectividade como o senhor pode perceber em outros eventos é avassalador. Porque não São Paulo ser o exemplo para outras cidades e capitanear isso, regulamentar e servir como exemplo para as outras cidades que com certeza, o que São Paulo fizer, as outras cidades virão atrás. A nossa população clama por qualidade. E qualidade foi muito bem dito aqui que depende desses investimentos, dessa ampliação da infraestrutura Telecom. Deixo registrado aqui que a Fiesp se preocupa como isso, está preocupada há muito tempo com isso. Vem discutindo essa questão,. No seu departamento de infraestrutura e telecomunicações e quer colaborar para que essa regulamentação seja aprovada. Antecipar que estaremos, nos próximos dias, enviando a colaboração, em nome da Fiesp, coletando as informações coerentes, desse projeto para ajudá-lo nessa batalha.

Muito obrigado por abraçar essa causa.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Estou fazendo aquilo que é de minha obrigação. Apenas eu não estava nesse processo, envolvido, não era co-autor, enfim , acabei entrando pela lateral. Mas acredito ser um processo que precisa ser visto, está parado. Não quero ser pai, nem padrinho. Isso aqui é coletivo e acredito que a solução tem de ser coletiva mesmo. O resultado final tem de ser capitalizado por todos. Estou apenas sendo o instrumento da Casa, para tentar ver se resolvemos. Concordo com o nobre Vereador José Police Neto, quando fala, que realmente é muito estranho, você imagina. Li os autores tem o PT, PRB, PV, PSDB, PSD, PHS, DEM, PROS, PC do B, PTB, PSOL, PPS e PDT. Têm em os partidos que comportam a Casa, tem algum parlamentar subscritor desse PL. Ora, então porque não foi aprovado? Alguma coisa aconteceu. A questão da autoria ou da paternidade que era uma suspeita que eu tinha, talvez na tramitação interna. Mas ficar parado esse tempo todo tem algum fator externo que contribuiu para isso. Pode ser o Executivo, em algum momento que tem interferido, e a coisa desviou de rumo, eu não sei o que é. Mas vamos ver se conseguimos retoma agora e consegue finalizar.

Com a palavra o Sr. Nilton Jaime de Souza.

O SR. NILTON JAIME DE SOUZA – Boa tarde a todos. Trabalho na Secretaria do Verde, e eles me pediram para que eu comparecesse aqui na audiência, a princípio não sabia muito bem a razão, ou o que seria tratado. Aí fui buscar o PL, analisei, aí então vou passar para os senhores qual a minha posição, como servidor municipal onde acredito que a minha atribuição não seja tanto, em o que dizem que a Cidade de São Paulo precisa em termos tecnológicos. Mais em função de eu trabalhar na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Minha preocupação é com o Meio Ambiente, com a saúde da população. Estudo essa questão de estação radio base desde 2003. Considerado que essa discussão de que se estação Rádio Base faz mal, o não faz mal a saúde humana. É realmente complexo, dá muito pano para a manga, mas há evidências de que é um risco. Não é totalmente tranquilo como foi falado agora não. Há muitos estudos que indicam a possibilidade de dar problema. Por isso acho que temos de ficar com o pé atrás e pensar no princípio da precaução, que foi colocado lá na Rio 92. A coisa não é tão simples.

Outra questão que quero colocar é que em 2013 foi instalado um grupo de trabalho intersecretarial, na Secretaria de Governo Municipal, e foi produzida uma minuta de PL que, segundo eu sei, foi encaminhada para ATL, por volta de 2014, e de lá para cá não sei o que deu esse documento. Ele foi preparado por vários técnicos...

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Foi enviado para Tele? O que é Tele?

O SR. NILTON JAIME DE SOUZA - É ATL, Assessoria Técnica Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Ok. Aqui da Câmara?

O SR. NILTON JAIME DE SOUZA - É, até onde eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Mas não será exatamente esse PL?

O SR. NILTON JAIME DE SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Por que o senhor tem certeza?

O SR. NILTON JAIME DE SOUZA - Eu participei.

P - Então o senhor sabe da atual confusão.

R - Da confusão? Não sei.

P - Da conclusão, desculpe. Da conclusão desse relatório, do documento encaminhado para ATL.

R - Não, apenas fiquei sabendo que teria sido encaminhado através de um processo.

P - Entendo. Como o senhor sabe que o encaminhado não é este que estamos discutindo?

R - Porque eu participei da formatação da minuta.

P - É isso que estou falando, o senhor tem conhecimento da minuta. O que ela difere deste PL?

R - Por exemplo, aquela minuta foi feita de forma que tivesse uma integração entre todas as secretarias envolvidas justamente para que o processo do licenciamento não fosse moroso, que era uma das reclamações das operadoras. Porque muitas vezes a Secretaria do Verde não conversa com a Secretaria de Licenciamento que, na época, era a Sehab.

P - Deixe-me apenas esclarecer um ponto que talvez não seja do seu conhecimento. Há uma lei federal das antenas que é de 2015, que é posterior a essa. O PL que está tramitando aqui é a regulamentação da lei federal. Buscamos atender aquela legislação. Aqui não se está inovando ou contrariando as normas que já foram aprovadas em âmbito federal.

R - Parece-me que ela regulamenta a legislação federal na questão das emissões eletromagnéticas, de limites de radiação.

P - Não, amigo, não. Desculpe, isso se deve, um pouco, em razão da sua chegada no segundo tempo. Não, não é isso. Inclusive, a legislação municipal diz claramente o seguinte: “O limite máximo de emissão de radiação eletromagnética bem como eventuais levantamentos radiométricos serão aqueles estabelecidos pela Lei Federal 11.934 de 2009”.

Ou seja, ele não interfere nisso. Ele estabelece que a legislação federal se sobreponha a isso. Ele não entra nesse mérito. Ele entra mais no mérito de definir espaçamento entre antenas, a regulamentação, aquilo que a lei federal modernizou no aspecto de legislação. E a lei federal diz o seguinte em seu §3º, do artigo 1º: “Aplica-se de forma suplementar as legislações estaduais e distritais, resguardado o artigo 4º da Constituição Federal...” É exatamente isso. Isso veio regulamentar aquela legislação.

R – Dei uma lida no PL 751 ontem à tarde, quando soube que teria de vir aqui. Justamente essa questão de distâncias, limites e recuos não está sendo tratada nesse PL e foi tratada na minuta de PL encaminhada pela SGM para cá. É uma das questões.

Essa questão de recuos, de larguras de vias, isso tudo está no Decreto 45.817 de 2005, que dispõe sobre a classificação de usos residenciais e não residenciais. Isso foi tratado na minuta de SGM, mas não nesse PL. Desculpe-me. É o que estou observando aqui.

Outra questão que consideramos necessária na Secretaria do Verde é que temos de vedar a instalação de Estações Rádio Base ou então ter uma autorização prévia para a colocação em locais como presídios, hospitais, postos de saúde, estabelecimentos educacionais até o ensino médio, asilos e casas de repouso, aeroportos e heliportos, exceto se autorizado pelo 4º Comar. Também em postos de combustíveis, que é um problema grave, pois já houve explosões em postos por acionamento de um aparelho celular; imóveis tombados. Poderemos instalar uma Estação Rádio Base em frente a um imóvel tombado? E mesmo na área envoltória. Também em Zonas Especiais de Preservação. Se tivermos uma antena dentro de uma área onde haja animais... Eles não sabem definir o que é uma árvore e o que é uma Estação Rádio Base. É um problema. Então Zonas Especiais de Preservação; Zonas Especiais de Preservação Ambiental, Zepams; tudo isso está contemplado na minuta que encaminhamos para cá e não nesse PL.

Sobre as distâncias já comentei, distâncias mínimas de segurança. Cada antena, independente do tamanho, se é pequena ou grande, o que vai contar é a potência, a

frequência. Por isso existem cálculos técnicos para se definir qual a distância mínima que uma pessoa pode usufruir em relação à antena.

Outro ponto, esse PL não prevê um responsável técnico pelas informações que são necessárias para a gestão desse tipo de equipamento.

Os limites de radiação são discutíveis, mas não vou entrar no mérito, porque como foi falado aqui existe uma legislação federal. Não vou entrar no mérito, mas não concordo. Tudo bem. Mas isso também é em relação à emissão de uma antena. Mas quando há várias antenas, uma ao lado da outra, existe uma somatória de emissão eletromagnética. Aí ninguém vai saber realmente quanto está sendo emitido em determinado local se não há nem a previsão de uma fiscalização por parte de um órgão que entenda do assunto e que não é a Subprefeitura.

A Subprefeitura fiscaliza posturas municipais, são questões como se tem alvará, licença, mas não há medição até porque a própria Justiça de São Paulo está impedindo a Prefeitura de fazer essas medições.

P – Por favor, gostaria que o senhor falasse daquilo que conhece. Se o senhor não conhece o tema de radiação, por favor, não se aventure por uma área...

R - Como assim não conheço o tema de radiação?

P – Porque acho que o senhor está equivocado.

R – Em que sentido?

P - Eu acho que o senhor está equivocado. Depois poderemos conversar, mas, por favor, gostaria que o senhor concluísse.

R – Talvez não tenha me apresentado muito bem. Sou Engenheiro de Telecomunicações.

P – Muito bem. Parabéns.

R – Eu acredito que o SVMA é o órgão municipal mais adequado para fazer esse tipo de fiscalização e análise de dados, mas não está contemplado no PL.

A questão do impacto visual é colocado como um parâmetro para o não licenciamento. Então, se a antena for pequenininha, bonitinha, se adequar à parede do prédio, já não precisa do licenciamento. Não concordo.

Cessão de área pública: pode ser que eu esteja equivocado, mas, até onde entendi, não vai haver cobrança, e acho que não dá para ser assim. No entendimento da Secretaria e de várias outras secretarias que participaram da outra minuta, deve ser outorgada a área pública a título precário e oneroso, e com condições estabelecidas.

Por fim, esse PL não foi muito bem revisado, porque o art. 15 diz: “O não cumprimento do disposto no art. 5º desta lei caracteriza crime ambiental, nos termos do art. 6º da Lei 9.605”.

Bom, esse texto foi retirado da Lei 13.756 de 2004. E quem fez esse texto fui eu. Só que esse artigo 5º da Lei 13.756 remete aos limites de radiação. Então, se os limites de radiação forem ultrapassados, vai ser considerado crime ambiental. Se formos para o artigo 5 deste PL, vamos ver que está dizendo lá: “A instalação ERBs e mini ERBs que não causam impacto visual não estará sujeito a licenciamento ambiental. Então está sem sentido. Ela teria que ser remetida ao art. 8º - o limite máximo de emissão de radiação eletromagnética, bem como eventuais levantamentos radiométricos, serão aqueles estabelecidos pela lei federal”. Então não houve nem uma boa revisão desse texto. É por isso que eu e a Secretaria do Verde somos contrários ao texto.

É só isso que eu tinha para dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Sra. Márcia Vairoletti, do Grupo Trabalho de ERBs.

A SRA. MÁRCIA VAIOLETTI – Boa tarde a todos. Eu sou a Márcia Vairoletti, do Grupo de Trabalho de ERBs. Trabalho, desde 2003, com esse tema nos níveis estadual, municipal e federal.

A primeira colocação que eu gostaria de fazer é estranhar a forma com que está

sendo instalado aqui: quem está falando em nome da sociedade civil, por exemplo. Só temos representantes das operadoras. Isso é estranho para nós, que trabalhamos com esse assunto há muito tempo.

A apresentação feita pelo Milton – e nós tivemos o privilégio de trabalhar com ele durante três anos, fazendo PL e estudando o assunto; e estou até ouvindo algumas pessoas que já trabalharam com a gente com essa questão – surpreende quando fala que não conhece do assunto. Não me sinto confortável, como representante da sociedade civil, ver alguém que está, sim, preocupado em termos um PL de acordo com as necessidades da cidade – não é só falar no celular ou ver fotografia, a coisa vai mais além, urbanisticamente falando, etc. – não respeitar esse técnico. O senhor me desculpa, mas eu gostaria que fosse registrado.

P – Está registrado. Tudo está sendo gravado. Não há desrespeito nenhum, apenas ele está emitindo uma opinião, e acho que ele não está habilitado para fazer isso, e, ao final, vamos falar a respeito.

R – Por isso que eu gostaria de colocar.

P – Eu tenho também a possibilidade de expor a minha opinião.

R – Sim, então coloque.

P – Ele veio aqui como representante da Secretaria do Verde, e, como tal, tem todo o direito de dar a opinião que ele quiser, sem problema. Mas aqui é uma audiência pública de Câmara Municipal, eu sou Vereador desta Casa, e eu também, além da oportunidade, o dever de me posicionar. Então me desculpe. Também não tenho por que ficar aqui calado, escutando coisas em que não acredito.

R – Está certo, o senhor pode não acreditar. Bom, não vamos entrar nesse mérito.

P – Então, por favor, a senhora está com a palavra. Por gentileza.

R – Obrigada, Vereador. Esse PL, como está aqui, é uma anistia, uma das várias tentativas que ocorreram, para a instalação de antenas. Nas comissões de que participamos, pedimos, inúmeras vezes, por ofícios, por representantes das operadoras, que eles nos

colocassem quais são essas mini-antenas, que equipamento é esse que a sociedade civil e as pessoas que trabalham com isso não conhecem. Nós nunca recebemos um material dizendo se isso, instalado num shopping, com um quiosque ali, que tipo de radiação que existe desse equipamento. Há a necessidade de conhecermos essa evolução tecnológica – porque a sociedade civil pode ser leiga entre aspas, porque tem os grupos de trabalho que estuda e conhece as coisas. Nos grupos de trabalhos, ouvimos professores, especialistas. Então esse ponto, por parte dos representantes da operadora, tem que ser esclarecido para a sociedade. Não podemos aceitar, simplesmente, chegar aqui e dizer: “Olha, a mini não precisa de liberação”. Quem fiscaliza? Se é um crime ambiental, como o senhor sabe que vai ser um crime ambiental, se não tem mais quem fiscaliza, se não tem que tirar licença? Temos cinco mil e tantas antenas regulares, que é o número. E quantas irregulares? Só na CTLU, que é órgão que, hoje, dá essa licença, por cessão, libera de 30 a 40 antenas de celulares. Ou seja, essas antenas estavam irregulares e não estão no cômputo. Não existe um mapeamento disso pela cidade. Não é questão de atravancar e não se permitir. O importante é que a sociedade saiba que tipo de equipamento está sendo colocado. Falar ao celular é interessante, a infraestrutura é boa. Se temos fibra ótica, se temos as minis, por que há a necessidade de 1300-1400 antenas para o 4G? Já que esta foi razão por que o processo está atravancado desde 2010. Todos eles, do Ministério Público, que temos uma ação lá, a coisa está andando. Ela foi parada por quê? Porque havia a colocação das operadoras de que se não aprovássemos a antenas 4G, parariam as telecomunicações durante a Copa.

Esse decreto trata de mini, micro. Mas que equipamento é esse? O nosso repúdio é total para isso. Não há fiscalização. As subprefeituras não têm condições de sequer fazer a zeladoria de área, quanto mais dar uma licença para a instalação de uma antena. Onde estão relacionados, quem vai ser o responsável pela instalação? Quais são as imobiliárias de antenas? Temos hoje várias delas que a Prefeitura não consegue multar porque a empresa que é imobiliária, eu chamo imobiliária porque é ela quem cuida de vender o terreno e dar o

terreno para as operadoras. Então, em nome desse grupo de trabalho, além de zoneamento, o que vamos fazer com a nossa lei de zoneamento se não temos fiscalização ambiental de Lei de Uso e Ocupação do Solo. Não participar e não seguir a Lei de Zoneamento, que ainda está sendo discutida. Se nós desprezarmos recuos, calçadas, avenidas, o que estamos fazendo? Por isso temos a sociedade civil e o nosso grupo de trabalho tem total repúdio e solicito a essa comissão que esse processo tenha uma agenda de trabalho conforme foi proposto, mas não é questão de agilidade, é questão de deixar transparente e trazer informações que nesta audiência pública deixam muito a desejar.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – A audiência Pública tem exatamente esse objetivo. Apenas para o seu reconhecimento, a senhora não estava no início, mas foi convidada a Prof.^a Doutora Adelaide Nardocci, do Departamento de Saúde Ambiental da USP, que não veio. Foi convidado também o José Américo, que hoje é o Secretário Municipal de Relações Governamentais, que foi Presidente desta Casa e é o autor deste projeto. Muito me estranha que algo que tenha sido discutido no âmbito da Prefeitura tenha vindo para essa Casa, o proponente seja o Presidente desta Casa, do mesmo partido do Sr. Prefeito que hoje é Secretário de Relações Governamentais e venham aqui dois representantes para exatamente dizer que este é um projeto malfeito, descuidado e que não atende o interesse do Município. Muito me estranha.

Não estamos fazendo uma audiência pública para favorecer a ou b. Estamos aqui para resolver um problema que está há dois anos tramitando aqui e está parado. Se vocês acham que para resolver o problema é ficar parado indefinidamente, é uma opinião. Mas em minha opinião não. Vamos tentar ver onde está o problema e buscar uma solução. Fazer acusações do ponto de vista que isso favorece a ou b e que não temos instrumentos. Isso é querer não resolver o problema. É jogar para frente, para debaixo do tapete. Não acho que esse é o melhor caminho.

De toda forma, eu gostaria que o Sr. Carlos Duprat, que havia pedido para

responder a questão das emissões de radiação. Então, que faço uso da palavra, por gentileza.

O SR. CARLOS DUPRAT – Eu queria destacar alguns pontos relevantes. Um deles exemplifica bem a situação que a gente vivencia. Eu não estou sentindo que todos perceberam que o serviço móvel celular é o pilar de uma sociedade sustentável. Não há como tirar carros da rua e parece até que São Paulo é uma cidade que o trânsito é simples, se não houver o cidadão conectado e conectado é móvel, não é fixo. Isso é fundamental para que as pessoas possam ter os seus escritórios em casa porque sem isso, vai ficar atravancando as ruas da cidade. Não há estrada que dê jeito e nisso a conexão móvel é essencial. Todo mundo já sabe disso. Precisamos estar imbuídos do espírito que a conexão de celular é o pilar de uma sociedade sustentável.

O meio ambiente devia ser o primeiro que devia estar conosco nessa guerra. Precisamos liberar os carros da rua. É a única coisa que não polui, incentivamos estradas, automóveis, mas tudo isso polui o que não polui é antena. Então, estamos aqui discutindo sobre radiação não-ionizante próxima à Avenida Paulista.

Fizemos um trabalho, um teste muito recente. Na Avenida Paulista, temos o Hospital Santa Catarina, que está debaixo de uma torre de TV! A radiação da TV está na mesma frequência nossa. Então, a burocracia simplesmente não pode atravancar o desenvolvimento sustentável de uma sociedade. Acho que não temos qualquer medo. Essa discussão durou dois anos e meio, só com cientistas, acadêmicos. Para se chegar a uma lei federal foi muito difícil. Nossos equipamentos foram fiscalizados pela Anatel. A Anatel tem um escritório regional aqui em São Paulo e ela é responsável por essa fiscalização. De cinco em cinco anos temos de mandar todos os nossos equipamentos; todos os testes verificados, dizendo que estão abaixo daquela emissão estabelecida. Então, existe um acompanhamento responsável e todos os equipamentos são certificados com emissão de frequência muito abaixo daquele limite estabelecido na lei.

Então, só queria deixar bem claro isso.

P – Gostaria de fazer uma pergunta com relação a isso. Quando falamos no celular e ele começa a esquentar muito, significa o quê?

R – Normalmente, o celular emite uma frequência maior quanto mais distante ele está da sua antena, porque ele precisa emitir uma frequência maior para se chegar até à antena.

P – Então, ele está emitindo alguma radiação?

R – Sempre.

P – Quer dizer, se ele não esquentar, ele estará emitindo uma radiação menor. É isso?

R – Sempre, sempre.

P – E ele, ao emitir uma radiação menor é porque ele está mais próximo de antena?

R – É o contrário.

P - Então, posso concluir que: tendo mais antena, tenho menos radiação?

R – Não há dúvida.

P – Está bom. Então, aqui mostra o quanto diferente é a argumentação que estava sendo feita pelo especialista do Município. De qualquer forma, infelizmente, só temos dez minutos para começarmos a sessão ordinária.

Peço aos representantes da Secretaria do Verde para que façam todas as sugestões que acreditem pertinentes. Vamos debater o tema. Vamos fazer uma outra audiência pública, de preferência para que os senhores venham com as sugestões. Em vez de apontarem somente onde estão os defeitos, para que venham com as soluções. Vamos ver o possível a ser feito. Se não for possível, esperaremos o próximo Governo para fazer isso. Quem sabe, haverá uma sensibilidade, no próximo Governo, para atender um apelo para a Cidade. Ou deixaremos do jeito que está.

Peço desculpas aos demais. Não há mais tempo. Começaremos, agora, o Plenário às 15h. O tempo correu rápido demais. Tinha algumas questões para colocar e gostaria que,

tanto quanto possível, para a próxima audiência pública que pudéssemos ter exemplos de algo que já esteja sendo feito em outras cidades, de tecnologia mais moderna, inclusive compartilhada por várias operadoras para que as antenas possam ser disponibilizadas por vários; como está funcionando em outros municípios e de que forma há um intercâmbio entre a Municipalidade e as operadoras.

Preocupa-me uma questão. O senhor falou, em sua exposição, que a Anatel pretende, em dois meses, lançar uma nova legislação e que, após essa legislação, teria de ser feita uma adaptação. O questionamento é saber se, para isso andar, precisaremos esperar a Anatel ou se devemos fazer as coisas simultaneamente. Fica, aí, a pergunta no ar para o nosso próximo encontro.

Agradeço a presença de todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
